

# Constituinte dá mandato longo a Sarney

Os constituintes que começam a trabalhar amanhã acham que o presidente José Sarney deve ter mandato de cinco ou seis anos, pretendem tornar mais rigorosa a legislação sobre a remessa de lucros para o exterior e restringir as atribuições constitucionais das Forças Armadas, para que se ocupem mais da segurança externa e menos da interna.

O JORNAL DO BRASIL fez uma pesquisa com 415 constituintes: 363 deputados (74,5% do total) e 52 senadores (72,2%) de todos os estados, do Distrito Federal e dos territórios de Amapá e Roraima. Duzentos e nove deputados ouvidos são do PMDB, assim como 38 dos senadores. Noventa e três deputados e sete senadores representam o PFL. Os outros entrevistados pertencem aos pequenos partidos. Participaram da pesquisa 55 parlamentares do Norte, 126 do Nordeste, 90 do Sudeste, 44 do Centro-Oeste e 100 do Sul.

O problema mais imediatamente político que os constituintes de 1987 serão chamados a resolver é o do mandato do presidente José Sarney. A maioria — 50,9% — acha que Sarney deve ficar no governo mais de quatro anos: 15,3% optam pelos cinco anos e 35% pelos seis anos. O mandato de quatro anos tem a preferência de 38,6% dos parlamentares ouvidos. Somados, os votos dos que querem encurtar o mandato de seis anos que a atual Constituição dá a Sarney são majoritários: 56,7%. São majoritários também os que não desejam a reeleição de Sarney: 56,8%, contra 37,1%. (As diferenças para 100% estão sempre em outras respostas possíveis dentro do mesmo item e na porcentagem dos que preferiram não responder.)

Para os sucessores de Sarney — quer dizer, fora das disposições transitórias da nova Carta —, a preferência é por um mandato de quatro anos (44,5%), mas vem logo em seguida a escolha de cinco anos (42,5%). A maioria (51%) não aceita a reeleição, admitida em 37,9% dos questionários.

Ponto sensível que reúne uma grande maioria de constituintes é o tratamento que deve ser dado à legislação de remessa de lucros e de aplicação de capitais estrangeiros no país. Quase três quartos (71,8%) acham que ela deve ser mais rígida, 15,6% que deve ser mantida como está e 3,4% preferem que seja abrandada.

Sobre a função que a nova Constituição deve destinar às Forças Armadas, há um pensamento claro: 62,7% acham que a função constitucional dos militares deve ser restringida, enquanto 33,9% consideram correta a atual definição, que permite interferência dos quartéis na vida política. Não faltou um voto solitário (que representa 0,2% do total) para a ampliação dos poderes atribuídos aos militares.

Não há uma opção radical entre parlamentarismo e presidencialismo: 50,7% preferem experimentar novamente o regime de gabinete ministerial, mas 43,8% acham conveniente conservar o presidencialismo, que marca toda a história republicana do país.

Em compensação, há maioria a favor da manutenção do voto obrigatório: 59%, contra 39,8%.

O bloco mais compacto é o que se forma em torno da ideia de insistir na proibição de nomear funcionário público sem concurso: 85,8% responderam sim, talvez sem saber que isso já está na

|  |              |
|--|--------------|
| <b>Qual deve ser a duração do mandato do presidente José Sarney?</b> |              |
| 2 anos e meio  | 0,2%         |
| 3 anos   | 2,6%         |
| <b>4 anos</b>  | <b>38,6%</b> |
| 5 anos   | 15,3%        |
| 6 anos   | 35,6%        |
| <b>5 + 6 anos</b>  | <b>50,9%</b> |
| Sem resposta   | 7,7%         |

|  |              |
|--|--------------|
| <b>Quanto à atual legislação de remessa de lucros e de aplicação de capitais estrangeiros no país, deve ser:</b> |              |
| Mantida  | 15,6%        |
| Abrandada  | 3,4%         |
| <b>Mais rígida</b>   | <b>71,8%</b> |
| Sem resposta   | 9,2%         |

|  |              |
|--|--------------|
| <b>O senhor é favorável a que o governo privatize suas empresas?</b> |              |
| <b>Sim</b>   | <b>76,2%</b> |
| Não  | 21,9%        |
| Sem resposta   | 1,9%         |

Constituição há muito tempo, mas não é respeitado.

Sólida também é a maioria a favor da privatização de empresas do governo: 76,2%. Mas há ressalvas. Devem ser conservadas pelo governo, na opinião de 59,5% dos que são a favor da privatização, as empresas responsáveis por atividades essenciais.

Ainda mais numerosos — 78,1% — são os constituintes contrários a uma estatização ainda maior da economia.

Em compensação, as opiniões se dividem quanto à natureza da reforma agrária: 50,1% dos entrevistados admitem a

|  |              |
|--|--------------|
| <b>Qual deve ser a função constitucional das Forças Armadas? A atual, que permite interferência na vida política? Ou deve ser:</b> |              |
| <b>Limitada</b>  | <b>62,7%</b> |
| Mudada   | 0,5%         |
| Abolida  | 0,5%         |
| Ampliada   | 0,2%         |
| Sem resposta   | 1,2%         |

|                                     |              |
|-------------------------------------|--------------|
| <b>O voto deve ser obrigatório?</b> |              |
| <b>Sim</b>                          | <b>59,0%</b> |
| Não                                 | 39,8%        |
| Sem resposta                        | 1,2%         |

|   |              |
|---|--------------|
| <b>É favorável a que o governo estatize mais a atividade econômica?</b> |              |
| <b>Sim</b>  | <b>20,2%</b> |
| <b>Não</b>  | <b>78,1%</b> |
| Sem resposta  | 1,7%         |

desapropriação de terra produtiva em caso de necessidade social, e 47,4% não a admitem.

São 77,1% os que pensam que o governo deve alocar recursos prioritariamente a alguma das regiões do país. E o Nordeste merece, é claro, o maior número de indicações para receber esses recursos: 34,2%. O binômio Norte/Nordeste tem outros 22,9% de indicações.

Finalmente, 66,7% dos constituintes ouvidos afirmam que votarão segundo suas convicções pessoais. Apenas 18,1% pretendem seguir a orientação de seus partidos e 3,7% prometem seguir a vontade de suas bases eleitorais.

## Aborto deve ficar ilegal

Os números obtidos pelo JORNAL DO BRASIL referentes a três temas polêmicos — mandato do presidente José Sarney, atribuições constitucionais das Forças Armadas e remessa de lucros do capital estrangeiro — aproximam-se do resultado, para esses quesitos, da pesquisa que a revista *Veja* publica esta semana, abrangendo 473 entrevistas de deputados e senadores feitas junto com a LPM.

Sob o título "O que pensa a Constituinte", a pesquisa de *Veja* constata que 49% dos constituintes querem que Sarney governe mais de quatro anos: para 20,5%, cinco anos; e para 28,5%, seis anos. O JORNAL DO BRASIL chegou a 50,9%, divididos em 15,3% favoráveis a cinco anos e 35,6% a seis anos. *Veja* encontrou uma preferência de 40,6% pelo mandato de quatro anos e o JORNAL DO BRASIL 38,6%.

A atribuição das Forças Armadas deve ficar restrita à defesa contra agressões externas, de acordo com 48,4% dos entrevistados por *Veja*. Na pesquisa do JORNAL DO BRASIL, 62,6% responderam que o atual papel constitucional dos militares — no qual está prevista a intervenção para manter a ordem interna — deve ser limitado. *Veja* registrou um índice de 50,7% de apoio ao papel de guardiões da segurança interna e o JORNAL DO BRASIL 33,9%.

Na opinião de 74,6% dos constituintes ouvidos por *Veja*, as restrições à remessa de lucros para o exterior devem aumentar. Só 5,1% admitem diminuição. Os números do JORNAL DO BRASIL: 71,8% são favoráveis a uma legislação mais rígida para o capital estrangeiro; 15,6% defendem a manutenção dos atuais limites; e apenas 3,3% pedem um abrandamento.

A pesquisa de *Veja* aborda também a legalização do aborto (60,7% contra e 34,2% a favor), estabilidade no emprego (58,4% a favor), permanência do decreto-lei (76,7% contra e 21,4% a favor) e igualdade de direitos entre homem e mulher (95,8% a favor e 4,2% contra). Os constituintes, ainda de acordo com a pesquisa de *Veja*, querem uma Constituição sintética (60,1%, contra 32,3%), pretendem aumentar as medidas que protegem o emprego (81,9%), extinguir o decurso de prazo (74%) e instituir o voto distrital (62,6%). Os jogos de azar não deveriam ser ilegais, na opinião de 62,4% dos entrevistados por *Veja*, 78,2% dos quais querem que a censura dos espetáculos seja apenas por recomendação.